



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores
São José do Inhacorá

ATA DA 3ª (TERCEIRA) AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º (PRIMEIRO) ANO LEGISLATIVO DA 9ª (NONA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ – RS, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2025, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

Às dezoito horas, do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se no Município de São José do Inhacorá, tendo por local, o plenário da Câmara de Vereadores, sob a coordenação da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, os responsáveis pela realização da Audiência Pública de demonstração e avaliação das metas fiscais do 1º (primeiro) Quadrimestre de dois mil e vinte e cinco. Dando início aos trabalhos, a Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, Vereadora Eliete Beatriz Haupenthal, deu início a sua fala, mencionando ser esta a Terceira Audiência Pública do Legislativo Municipal, ou seja, a Audiência Pública que tratará sobre o Relatório da Avaliação das Metas Fiscais, do 1º Quadrimestre, referente aos meses de janeiro à abril ano de 2025, da Administração Municipal. Mencionou também que as Audiências Públicas de prestação de contas são realizadas três vezes ao ano sempre nos meses de fevereiro, maio e setembro, de acordo com o artigo 18 da Lei Orgânica Municipal, em harmonia com o que dispõem o artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal). Falou que, buscando respeitar o princípio constitucional da publicidade, estando de acordo com a Lei de Acesso à Informação e dando transparência aos serviços públicos, declarou aberta a presente audiência como Presidente e Relatora, em nome da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT), em conformidade com o artigo 82, inciso IV, observando os artigos 214 e 219 à 221, todos do Regimento Interno do Legislativo. Saudou inicialmente a todos os presentes, colegas do Poder Legislativo e também as autoridades que representam o Executivo Municipal neste ato, os demais colegas e público que nos assistem de forma online. Passou então a palavra para o Secretário da Fazenda, Senhor Nerci Mucha para explicar sobre o Relatório Fiscal. O Secretário iniciou saudando os presentes, agradecendo o espaço para a apresentação da demonstração e avaliação das metas fiscais referentes ao 1º quadrimestre de 2025, de janeiro a abril do ano de 2025, mencionou que os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais de 2025 e estão disponíveis no Átrio da prefeitura e no site oficial do Município na íntegra. Prosseguindo a exposição, o Secretário informou que, segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto para o exercício, correspondente à soma das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções, foi estimado na Lei Orçamentária Anual no montante de R\$ 39.417.597,59. No período em análise, a receita efetivamente arrecadada foi de R\$ 13.355.950,14, o que representa 33,88% da meta anual. Destacou que esse desempenho foi possível em razão de a maioria das receitas correntes e de capital terem alcançado ou superado o percentual de previsão da programação anual para o quadrimestre. Em sequência, esclareceu que, dentre as receitas correntes realizadas no período de janeiro a abril de 2025, as de maior relevância foram as

Rua Leopoldo Rockenbach, 399 | CEP 98.958-000 | São José do Inhacorá | RS

Fone: (55) 984280090 - E-mail: camarasji@hotmail.com

Site: www.camarasaojosedoinhacora.rs.gov.br



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores
São José do Inhacorá

Transferências Correntes, que atingiram o valor de R\$ 8.867.802,46, representando 66,39% da receita total do período, e as Receitas Patrimoniais, com arrecadação de R\$ 1.990.731,40, o que equivale a 14,90% do total. No que se refere às transferências constitucionais e legais, foi informado que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresentou arrecadação de R\$ 5.741.695,73, atingindo 36,11% do valor estimado para o exercício. O repasse do ICMS alcançou R\$ 2.464.092,75, correspondente a 44,00% do total previsto. As transferências do FUNDEB totalizaram R\$ 1.118.209,26, atingindo 41,11% da meta anual. Referente à Receita de Capital, foi registrada arrecadação de R\$ 271.548,39, provenientes principalmente de transferências oriundas de convênios firmados com a União e o Estado. Na sequência, o Secretário passou a relatar os dados referentes à despesa pública. Informou que, considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total Empenhada no período, incluindo a cota patronal para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), somou R\$ 15.622.696,83. Já a Receita Total realizada foi de R\$ 13.355.950,14, resultando em um déficit de R\$ 2.266.746,69. Observou, contudo, que há despesas no valor de R\$ 5.869.477,65 ainda não liquidadas, sendo possível, portanto, confirmar o atendimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício. Na análise dos Juros e Amortizações da Dívida, registrou-se que os Juros e Encargos das operações de crédito somaram R\$ 17.730,29, o que representa 82,00% do total estimado para o período. As despesas com Amortização da Dívida atingiram o montante de R\$ 39.307,68, equivalendo a 75,00% do valor programado. O Secretário destacou que, embora os percentuais não tenham atingido 100%, todas as obrigações relativas aos juros e ao principal da dívida foram devidamente honradas. Com relação aos investimentos realizados, foi registrada despesa de R\$ 972.200,19, o que corresponde a 23,30% do valor previsto para o quadrimestre, que era de R\$ 4.171.651,65. Ato contínuo, abordou-se a Despesa com Pessoal e os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A despesa total com pessoal, calculada conforme a metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, incluindo os Poderes Executivo e Legislativo, apresentou os seguintes percentuais de comprometimento da Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses (maio de 2024 a abril de 2025): 46,85% para o Executivo e 1,40% para o Legislativo, ambos abaixo do limite prudencial de 57%. A Receita Corrente Líquida acumulada nesse período foi de R\$ 31.450.760,34. Seguindo, o Secretário apresentou os números referentes à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cujas despesas no quadrimestre totalizaram R\$ 2.516.058,88, correspondendo a 27,19% da Receita de Impostos e Transferências. Informou, ainda, que, em razão do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB, sendo necessário computar essa perda nos gastos com educação. Relatou também que, conforme dispõe o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, ao menos 70% dos recursos do FUNDEB devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. Nesse quesito, o Município aplicou R\$ 838.304,49, representando 74,97% dos recursos recebidos, atendendo, assim, ao requisito legal. Na sequência, foram

Rua Leopoldo Rockenbach, 399 | CEP 98.958-000 | São José do Inhacorá | RS

Fone: (55) 984280090 - E-mail: camarasji@hotmail.com

Site: www.camarasaojosedoinhacora.rs.gov.br



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores
São José do Inhacorá

apresentados os dados relativos à saúde pública. As despesas com ações e serviços públicos de saúde somaram R\$ 1.582.528,89, o que corresponde a 17,10% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, superando o percentual mínimo de 15% exigido pela Emenda Constitucional nº 29/2000. Por fim, o Secretário da Fazenda concluiu sua apresentação destacando que os resultados financeiros e orçamentários do quadrimestre demonstram que o Município atendeu às metas de arrecadação e aos limites de gastos estabelecidos na programação financeira. Ainda que algumas receitas não tenham atingido os valores projetados, ressaltou que o Município manteve o equilíbrio entre receitas e despesas, não havendo necessidade de ajustes na execução orçamentária para o atendimento das metas fiscais de resultado primário e nominal, nem tampouco para o cumprimento das exigências da responsabilidade fiscal. A seguir foi aberto espaço para questionamentos e/ou uso da palavra, o qual não havendo manifestos, a Presidente da COFT, senhora Eliete agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2025. E para constar foi lavrada a presente Ata. As assinaturas dos presentes se deu conforme lista de presença em anexo a esta ata.

SALA DE COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ – RS, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.